

LAURA
MARIA JESUS
RODRIGUES

Assinado de forma digital por LAURA
MARIA JESUS RODRIGUES
Dados: 2021.06.24 16:48:10 +01'00'

CONSULTA PRÉVIA

[Nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP)]

Processo n.º PR/F.00005.2021

CADERNO DE ENCARGOS

Locação de 7 Equipamentos Multifunções

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

- a. **Locatário/a** – entidade convidada a quem se adjudica a locação objeto de contrato.
- b. **CCP** – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação;
- c. **Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o/a locatário/a nos termos do presente Caderno de Encargos;
- d. **Entidade Adjudicante** – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras (SMAS TV).

Cláusula 2.ª

Caderno de Encargos

O presente caderno de encargos, estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 3.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a **locação de 7 equipamentos multifunções**.

Cláusula 4.ª

Contrato

1. O contrato é reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, o qual integra:

- a. Os suprimentos dos eventuais erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Órgão competente para a decisão de contratar;

- b. Os esclarecimentos e eventuais retificações relativos ao caderno de encargos;
- c. O presente caderno de encargos;
- d. A proposta adjudicada;
- e. Os eventuais esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo/a locatário/a.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo/a locatário/a nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

3. Em caso de divergência entre o convite e o caderno de encargos, prevalece este último.

Cláusula 5.ª

Prazo de execução do contrato

O contrato terá um prazo de execução de 36 meses, o qual começa a contar a partir da data da sua assinatura, ou até que seja atingido o seu valor máximo.

Cláusula 6.ª

Preço base

1. O preço base que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar é de **€ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos euros)** não incluindo o valor do IVA, calculado tendo em conta:

1.1. A estimativa de cópias/mensais produzidas ao longo do contrato de **24.350 cópias a preto e 6.400 cópias a cor**, com base nos dados recolhidos dos equipamentos existentes;

1.2. A licença de software.

1.3. O valor mensal da locação dos equipamentos.

2. O valor calculado mensalmente será a soma da renda relativa à locação dos equipamentos, o valor relativo à licença do software, e o valor referente às cópias efetivamente produzidas.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 7.ª

Obrigações principais do/a locador/a

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas do contrato, decorrem para o/a locador/a, as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de instalar os equipamentos no prazo de 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- b. Obrigação de prestar a assistência técnica e manutenção dos equipamentos A e B no prazo máximo de 24 horas; nos equipamentos tipo C no prazo máximo de 4 horas, dentro do horário de funcionamento dos SMAS TV, aquando dos pedidos solicitados pela entidade adjudicante;
- c. Obrigação de manter permanentemente o bem locado em perfeitas condições de utilização;
- d. Obrigação da reposição dos consumíveis no prazo máximo de 24 horas, contado da data da solicitação do contraente público, com a permanência de 1 (um) kit de substituição por equipamento;
- e. Obrigação de recolha dos consumíveis após substituição.

Cláusula 8.ª

Proteção de dados

1. O/a locador/a, durante a vigência do Contrato e após a sua cessação, obriga-se a:
 - a. Observar, escrupulosamente, o regime legal da proteção de dados pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e pela Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei;
 - b. Manter a confidencialidade sobre todos os documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução do contrato, que se refiram aos SMAS TV e aos/as seus/suas Trabalhadores/as.
2. Ao/À locador/a cabem as seguintes obrigações:
 - a. O tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do/a responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros

ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o/a responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

- b. Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c. Adota todas as medidas de segurança do tratamento, de acordo com o que for mais adequado ao caso:
 - i) a pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;
 - ii) a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iii) capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - iv) têm um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento
- d. Apenas contratará outro/a subcontratante se o/a Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao/à Responsável pelo Tratamento a contratação de um/uma subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD e da restante legislação relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais;
- e. Prestará assistência ao/à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- f. Prestará assistência ao/à responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos/às titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, com as especificidades da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
- g. Dependendo da opção do/a responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;

- h. Disponibilizará ao/à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo/a responsável pelo tratamento ou por outro/a auditor/a por este mandatado; e
- i. Compromete-se a informar imediatamente o/a responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

3. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa.

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 9.ª

Preço contratual

- 1.** Pelo cumprimento do contrato bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante paga ao/à locatário/a o preço e condições constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e nas condições da cláusula seguinte.
- 2.** O preço a pagar, inclui todos os custos e encargos cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

- 1.** A faturação será efetuada trimestralmente, tendo por base as contagens das impressões/cópias correspondentes a esse período e respetivo aluguer.
- 2.** As quantias devidas pelas entidades adjudicantes nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30(trinta) dias a contar da(s) entrega(s) da(s) respetiva(s) faturas - a emitir, preferencialmente, em formato eletrónico, nos termos do artigo 299.º-B, do CCP - as quais devem conter a discriminação do fornecimento objeto do contrato e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

3. Pelo(s) concorrente(s) não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a efetuar, exceto nas condições previstas no artigo 292º do CCP.
4. Caso o/a locatário/a opte pela fatura em formato eletrónico, o envio deverá ser efetuado para o endereço de correio eletrónico comunicado pelas entidades adjudicantes após teste de validação do ficheiro XML, acompanhado de um PDF com a imagem da fatura que deverá ser certificada digitalmente e ter os dados que obrigatoriamente devem constar da fatura, incluindo o número de compromisso.
5. Nas circunstâncias referidas no número anterior deve, antes do envio da primeira fatura pelo/a locatário/a, ser efetuado obrigatoriamente um teste para despistar possíveis problemas de formato e ajustes de campos extra.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos elementos e valores indicados na(s) fatura(s), devem estes comunicar ao/à locatário/a os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou, na sua impossibilidade, por envio de cheque.

INCUMPRIMENTOS

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente, circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham; greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados; determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais; incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança; avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem; eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.ª

Comunicações e notificações

- 1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
- 2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 13.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos para execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 14.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, e demais legislação aplicável.

PARTE II**Especificações e condições técnicas**

Cláusula 15.ª

Quantidade e características dos equipamentos

A proposta deve contemplar o fornecimento, entrega, instalação e configuração dos equipamentos, de acordo com os requisitos técnicos mínimos fixados no Anexo I e Anexo II no presente caderno de encargos.

Equipamento	Quantidade
Equipamento A	1
Equipamento B	3
Equipamento C	3

1. Os equipamentos A, B e C devem cumprir as especificações mínimas constantes no Anexo I;
2. Os equipamentos devem ser novos e com contadores a 0 (zero);
3. Os equipamentos têm de integrar com o software de gestão conforme Anexo II;
4. A proposta deverá incluir a instalação, manutenção, supervisão e gestão de todos os equipamentos e serviços propostos ou a fornecer durante o período contratual.

Cláusula 16.ª

Condições do contrato

1. A locação/aluguer dos equipamentos integra obrigatoriamente:
 - 1.2. O fornecimento de todos os consumíveis necessários ao bom funcionamento do equipamento com exceção do papel, nomeadamente, toners, substituição de peças e outros necessários ao bom funcionamento do equipamento;
 - 1.3. Peças, deslocações do técnico e respetiva mão-de-obra, bem como os demais encargos ou custos que se venham a revelar necessários suportar para o correto funcionamento do equipamento.
2. A resposta ao pedido de assistência dos equipamentos, terá de ser efetuada dentro do horário de funcionamento do SMASTV (Das 9h às 16h), nos seguintes prazos máximos:
 - Equipamentos A e B: 24horas;

- Equipamentos C: 4 horas.
- 3.** A licença de software será propriedade dos SMASTV no fim do contrato;
- 4.** A proposta deverá contemplar a formação aos/às utilizadores/as da entidade adjudicante relativamente aos equipamentos e software, incluindo pessoal técnico.